

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III N° 99 Rio de Janeiro, de 27 de setembro a 3 de outubro de 2005

## Legislação que dá frutos

Divulgação



*Produção de coco beneficiada por lei aprovada na Assembléia: setor de fruticultura teve o ICMS reduzido em um terço*

Segundo o IBGE, 18 milhões de pessoas dedicam-se à agropecuária – movimentando 9,9% do PIB nacional, de acordo com dados de 2003. No Rio de Janeiro, o trabalho dos 7.222 produtores rurais começa a dar frutos, embalados por leis aprovadas na Casa entre 2003 e 2005. Atualmente, o setor de agronegócio responde por apenas 0,4% do PIB do estado, com um total de R\$ 1,5 bilhão oriundo da produção de empreendimentos em todas as regiões do território fluminense.

As leis são recentes, mas os números mostram que a motivação tomou conta dos investidores, atraídos por uma legisla-

ção que permite a redução e até a isenção do ICMS para diversos setores agrários, como a fruticultura, produção de flores e hortaliças, gado e avicultura, além de baratear a aquisição de maquinário e sementes e de incentivar a criação de cooperativas. E os deputados querem ampliar ainda mais a legislação. Em contato com os produtores, os parlamentares propuseram projetos de lei que visam à auto-suficiência do estado na produção de fitoterápicos, agilizar a reforma agrária e até mesmo alertar para a produção de alimentos transgênicos. Quem ganha com isso é o produtor fluminense.

PÁGINAS 4 e 5

*Alerj comemora  
os 70 anos  
da Rádio Tupi*

PÁGINA 2

*Picciani presta  
contas do trabalho  
da Casa*

PÁGINA 3

*Comissão e Polícia Civil  
fecham casas  
de prostituição*

PÁGINA 7

# Medalha Tiradentes para Rádio Tupi

DEPUTADOS COMEMORAM OS 70 ANOS DA EMISSORA, POR ONDE PASSARAM EMILINHA, MARLENE E CHACRINHA

PEDRO MOTTA LIMA

**A**o fazer 70 anos, a Rádio Tupi ganhou de presente da Assembleia Legislativa a mais importante comenda estadual, a Medalha Tiradentes. O título foi entregue no último dia 22 ao diretor presidente da Tupi, Maurício Dinepi, durante sessão solene organizada pelos deputados Geraldo Moreira (PSB), Pedro Augusto (PMDB) e Alice Tamborindeguy (PSDB). No evento, também foram distribuídas Moções de Aplausos e Congratulações para comunicadores e antigos funcionários da rádio.

“Os maiores radialistas do Brasil passaram pela Tupi, que tem uma história que se mistura com a do próprio país. Tenho 27 anos de rádio e sou um apaixonado por este importante meio de comunicação. Não poderia deixar passar uma data tão importante”, disse Pedro Augusto, ele mesmo comunicador da Tupi e autor da proposta da Medalha Tiradentes. A sessão foi aberta por Geraldo Moreira, que sugeriu a organização da solene e aproveitou para homenagear comunicadores importantes, como Luiz de França e Roberto Canázio. “A Bíblia já diz que devemos dar honra a quem tem honra. Por isso, nada mais justo que homenagearmos uma rádio que sempre está ao lado do



Geraldo Moreira, Pedro Augusto, Maurício Dinepi e Alfredo Raimundo Filho, da Tupi

povo”, afirmou. “Agradeço a homenagem e aproveito para estendê-la aos ouvintes, pois são eles os responsáveis por fazer da Tupi a voz do Brasil”, disse Canázio.

Compondo a Mesa, além dos deputados e do diretor-presidente, estavam o diretor-geral da Tupi, Alfredo Raimundo Filho, e o vice-governador Luiz Paulo Conde, que representou a governadora Rosinha Garotinho. “É um prazer fazer parte de um evento que homenageia o rádio, e principalmente a Tupi, que tem importância fundamental na história deste

veículo de comunicação”, afirmou Conde. O evento foi encerrado com o discurso de Dinepi, que também recebeu uma moção das mãos da deputada Alice Tamborindeguy. “Estendo a todos os profissionais este prêmio, dado em nome do diretor presidente da rádio”, disse a parlamentar. Dinepi lembrou de figuras como Chacrinha, Luiz Gonzaga, Emilinha e Marlene, que passaram pelos microfones da Tupi, e anunciou que a rádio está inaugurando um transmissor digital, que vai melhorar a qualidade do som da emissora.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

### PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1º Secretária:

Graça Matos

2º Secretária:

Léo Vivas

3º Secretário:

Marco Figueiredo

4º Secretária:

Aparecida Gama

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Aline Fonte, Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Rony Maltz, Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/n° sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro-RJ

## FRASES DA SEMANA

“Minha vida política me leva a sentir tédio da hipocrisia da direita que, no Brasil, é como essas velhas rameiras enfeitadas, que exigem que as filhas sejam virgens.”

Heloneida Studart (PT), criticando a posição de partidos de direita na investigação das denúncias do mensalão no Congresso



“Como haverá eleições no próximo ano, devemos mostrar ao povo, tão desesperançado, que ainda há um caminho, que não se pode generalizar.”

José Távora (sem partido), defendendo o Código de Ética proposto pela Unale, em Brasília

“Fala-se assim: ‘o dinheiro agora está barato para quem quiser fazer empréstimo consignado; juros de 3%’. É de 3% ao mês. É mais de 80% ao ano. São juros escorchantes, e claro que este é um foco de corrupção”

Luiz Paulo (PSDB), criticando a taxa de juros adotada no Brasil

# Alerj Itinerante encerra primeira fase

PRESIDENTE DA ALERJ LEVA AO INTERIOR DO ESTADO INICIATIVAS QUE TORNARAM A CASA EXEMPLO PARA O PAÍS

Clarice Castro

GEIZA ROCHA

**A**mpliar a visibilidade das ações que tornaram a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pioneira frente às demais casas legislativas do País e intensificar o contato com a população e com as lideranças municipais. Estes foram os principais objetivos do seminário “Política e Desenvolvimento: o papel da Alerj no crescimento econômico do estado”, realizado pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), em nove regiões do Rio de Janeiro. O último encontro, realizado em Campos dos Goytacazes, reuniu os prefeitos da Região Norte, no último dia 21, trazendo uma novidade para a população: a construção da refinaria no estado do Rio. “Eu e a governadora Rosinha Garotinho estivemos reunidos com o presidente da Petrobras e ele confirmou a construção da refinaria, mas o local ainda deverá ser definido”, anunciou o presidente, ao lado do secretário de Governo, Anthony Garotinho. “Neste momento é importante que a população se una para trazer a refinaria para Campos”, alertou Picciani.

Além de Campos, foram realizadas reuniões em Angra dos Reis, Itaperuna, Rio das Ostras, Três Rios, Cordeiro, Duque de Caxias e Resende. “Em todos estes locais tivemos a presença expressiva de deputados estaduais, prefeitos, vereadores, secretários municipais e de Governo e representantes de entidades civis”, lembrou o presidente. Denominado “Alerj Itinerante”, o projeto – que teve início ainda no recesso parlamentar, em julho –, prestou contas da atuação da Alerj nos últimos dez anos. “Mostramos, num espaço curto de tempo, algumas das ações que colocaram a Alerj à frente de outras assembleias legislativas”, disse Picciani, destacando a redução dos supersalários, o fim das aposentadorias especiais para deputados, a redução do recesso parlamentar, o fim do nepotismo e do pagamento de jetom nas sessões extraordinárias, além da restrição do auxílio moradia aos de-



Anthony Garotinho, Jorge Picciani e Alexandre Mocaiber, durante o evento, em Campos

## Material de apoio potencializou divulgação

Nos bastidores, diversos setores da Alerj trabalharam para garantir o sucesso dos encontros. O Cerimonial responsabilizou-se pela organização do evento, enquanto a TV Alerj produziu programas que destacaram as principais leis e iniciativas dos parlamentares, que trouxeram desenvolvimento para cada uma das regiões. Os programas eram exibidos após a apresentação do presidente, com o suporte da equipe de Informática e da Comunicação Social.

Edições especiais do JORNAL DA ALERJ, cartilhas de programas

do Governo Federal ao alcance das prefeituras, incentivos fiscais aprovados pela Alerj e a cartilha dos 0800 da Casa, produzidas pelo Departamento de Comunicação Social juntamente com a Gráfica, também foram distribuídas nos encontros. O objetivo foi disponibilizar o maior número de informações aos presentes. “Muitos são os prefeitos que estão em seu primeiro mandato. Queremos unir esforços para potencializar o desenvolvimento econômico e promover o desenvolvimento social de todo o estado”, acredita o presidente Picciani.

putados que moram a menos de 100 quilômetros da Alerj, além da redução de gastos com pessoal, como algumas destas iniciativas. “Hoje custamos R\$ 200 milhões a menos para o estado. Isso significa que este dinheiro está sendo aplicado em mais saúde, moradia e geração de empregos para a população”, ressaltou o presidente.

Picciani atribuiu as conquistas ao equilíbrio entre os três poderes no estado, e à boa relação construída com os parlamentares de todos os partidos.

“Nos últimos dois anos aprovamos um conjunto de 31 leis de incentivos fiscais, que estão possibilitando o desenvolvimento do estado e o equilíbrio entre capital e interior”, sublinhou.

Iniciativas que trouxeram mais transparência às ações da Casa, como a criação da TV Alerj, o Jornal da Alerj, a página da Assembléia na Internet e o trabalho das comissões permanentes também foram lembrados. “Quanto mais informação, mais democracia”, disse Picciani.

# Legislação de vanguarda incentiva

## Iniciativas da Casa geram empregos no interior fluminense

FRANCIANE LOVATI E LUCIANA FERREIRA

Que a Alerj aprova leis de fomento a grandes empreendimentos – como o Pólo Gás-Químico, na Baixada Fluminense, o Porto de Sepetiba e o Pólo Metal-Mecânico, no Médio Paraíba – já se sabe. Mas, o que muitas vezes passa despercebido é que a Assembleia Legislativa também se esforça para desenvolver o interior, através do incentivo ao agronegócio. Nesta legislatura, quatro leis estão transformando as regiões do estado, através de incentivos fiscais para viabilizar todas as etapas de produção agrícola. “O Legislativo tem grande importância, principalmente no que tange à agricultura familiar e ao agronegócio, o que nos ajudou a criar muitos empregos”, afirma Christino Áureo, secretário estadual de Agricultura.

Segundo a presidente da Comissão de Agricultura da Casa, deputada Graça Pereira (PFL), o Legislativo busca o convívio com os agricultores para aperfeiçoar a legislação. “Aprovamos as leis de acordo com a necessidade. Nossa legislação é bastante completa”, afirma. É o caso da

Lei 4.177/03. Elaborada com base nas reivindicações dos produtores, ela contempla desde a contratação de assistência técnica e aquisição de máquinas e sementes até o incentivo à criação de cooperativas, para comercializar a produção. A lei isenta de ICMS a produção de flores, e reduz em um terço a base de cálculo do imposto para produtos como frutas, hortaliças, grãos, carnes e pescados que mantenham seu estado de frescor. A redução vale também para a industrialização de produtos lácteos por cooperativas – atualmente, são 34 em todo o estado, com a produção concentrada em pequenas propriedades e produção anual de mais de 500 milhões de litros. Dos 20 mil produtores fluminenses de leite, 90% são cooperativados.

Outro ponto da lei reduz em 95% o ICMS devido por produtor rural, pecuarista, industrial de abate ou de processamento de carne bovina, suína, caprina, avícola, pescado ou outros organismos aquícolas. Empresários do ramo de aves foram beneficiados pela lei. A empresa Globoaves, que se instalou recentemente no município de Paraíba do Sul, investiu mais de R\$ 13 milhões na construção de uma fábrica de rações e de 58 aviários, que geram 3,8 milhões de

ovos férteis por mês. A empresa já contratou 180 trabalhadores e espera aumentar para 250 os postos de trabalho direto.

A legislação da Casa também demonstra preocupação com o desenvolvimento local. É o caso das regiões Norte e Noroeste, que detêm 29,2% da população rural do estado. A Lei 4.534/05 cria um fundo destinado à recuperação econômica de 31 municípios fluminenses – incluindo as regiões Norte, Noroeste e Centro-Norte – beneficiando empreendimentos dos setores da indústria, agroindústria, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, serviços e comércio atacadista. Também são beneficiados pelo fundo os agricultores familiares individuais e os coletivos de agricultores familiares. Pelas regras deste fundo, os juros para a ampliação e instalação de novos empreendimentos são de apenas 2% ao ano, durante 25 anos.

Outra lei importante para o Norte-Noroeste Fluminense é a 4.562/05. A lei, aprovada pela Alerj, permite a execução do Projeto de Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas no Norte-Noroeste Fluminense – o RioRural, que destinará US\$ 6,75 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) aos agricultores familiares e aos assentamentos da reforma agrária localizados nas regiões beneficiadas. A Lei 4.190/03 ratifica o Programa Especial de Desenvolvimento Industrial das Regiões Norte e Noroeste Fluminenses, o RioNorteNoroeste, o que permitiu o desenvolvimento da indústria de sucos e compotas de frutas.



# va o agronegócio no estado do Rio

Fotos Divulgação



*No sentido horário: produção avícola, fruticultura, floricultura e cooperativas de leite, setores beneficiados pela legislação*

## **Agroindústria, reforma agrária e transgênicos em pauta**

Atualmente, tramitam na Assembléia três projetos sobre agricultura e agronegócio. Um deles, de autoria do deputado Edmilson Valentim (PCdoB), institui o Programa Estadual de Fitoterapia. O projeto trata de plantas medicinais e procura garantir a viabilidade econômica da produção desses vegetais, através do estímulo ao desenvolvimento de pesquisas para fabricação de medicamentos. O objetivo é tornar o estado auto-suficiente na distribuição de insumos para as indústrias farmacêuticas. “O comércio de medicamentos fitoterápicos movimentava cerca de US\$ 260 milhões ao ano, o que aumentaria sobremaneira a arrecadação de receitas no estado, além de elevar a abertura de novas frentes de trabalho”, explica Valentim.

Outro projeto apresentado na Casa quer acelerar a re-

forma agrária no estado. De autoria do deputado Carlos Minc (PT), a iniciativa modifica a Lei 1.356/88. A lei estabelece a necessidade de fazer o Relatório de Impacto Ambiental nas áreas que serão utilizadas para reforma agrária. De acordo com o deputado, o relatório, além de caro, demanda muito tempo para ficar pronto. Por isso, Minc propõe a criação de um Relatório Simplificado, voltado para a viabilização de projetos agrícolas com menos de mil hectares de área. “Dessa forma, o pequeno produtor é beneficiado”, afirma o petista. Já o deputado Edino Fonseca (Prona) preocupou-se com a produção de alimentos transgênicos. Projeto de sua autoria obriga os estabelecimentos que industrializam ou utilizam insumos agrícolas de origem geneticamente modificada a avisarem as condições do produto ao consumidor.

## EM DEBATE: O USO POLÍTICO DA RENÚNCIA DEVERIA PERMITIR UMA NOVA ELEIÇÃO?

## INÊS PANDELÓ

DEPUTADA ESTADUAL PELO PT

**Julgamento nas urnas**

Augusto Carazza

Estamos passando por um momento no País de reflexão. A população deve ficar bem atenta para as próximas eleições, e saber muito bem para quem vai entregar o seu voto. Os últimos acontecimentos em Brasília nos dão conta disso; o momento é oportuno para se observar e avaliar bem toda essa problemática e saber discernir quem realmente a população quer como seu representante nas esferas de poder de nosso País.



Um ponto que precisamos observar são os processos de cassação para perda de mandato de parlamentares no Congresso Nacional. É correto renunciar para não ter os direitos políticos suspensos por oito anos? Creio que não! Também não é justo que certos políticos se utilizem dessa artimanha como jogo político. É um uso indevido de um recurso, para fazer politicagem, enfraquecendo seu opositor para que seu partido adquirira mais poder.

A renúncia não exige ninguém de culpa, mas também não pode ser condenada. Quem renuncia deve ser investigado pelo Conselho de Ética da instituição que faça parte. E, existindo provas concretas, o parlamentar deve ter os direitos políticos suspensos sim! Como não é assim que tudo funciona, caberá à população, nas próximas eleições, o poder de julgar esse político nas urnas. A sociedade deve está atenta aos fatos e preocupada em buscar a verdade.

**“Existindo provas concretas, os direitos devem ser suspensos”**

Nem tudo que é legal é moral. Se a lei, nesse caso, não corresponde com o que realmente é correto, a população tem de dar o grito de revolta, e é nas urnas que ela terá a chance de demonstrar sua rejeição à corrupção e à falta de ética de determinados quadros políticos.

O voto será a arma que teremos para usar contra o que acreditamos ser errado, para que os investigados pensem muito bem antes de cometer qualquer ato ilícito. Dessa forma, vão perceber que o brasileiro tem memória sim, e que toda ação tem uma reação, seja para o bem ou para o mal.

A troca de voto por algum benefício é outra questão que deve ser analisada pela população. É aí que começa a corrupção! O político que tem dinheiro para comprar votos na eleição é o mesmo que fará negociações para reaver o que gastou na campanha.

## CORONEL RODRIGUES

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSC

**Devemos ao povo**

Augusto Carazza

A minha opinião é que, se um político renuncia ao seu cargo, ele deve ficar os oito anos seguintes sem direitos políticos. Principalmente porque se alguém renuncia é por que deve algo ao povo.



Todo político acusado de fraude, ou de qualquer outra ocorrência irregular de que se tenham provas cabíveis para uma investigação, deveria ser afastado de suas funções e ter sua candidatura proibida, até que os fatos fossem devidamente apurados e esclarecidos.

É vergonhoso que, num país como o nosso, políticos renunciem somente para fugir da cassação e para não perder seus direitos políticos.

Estamos vivenciando hoje uma crise política muito difícil, onde membros do Legislativo têm a obrigação de apurar e relatar ao povo brasileiro tudo o que seus pares fizeram de errado. Mas o fato é que os culpados deverão ser punidos, os recursos devolvidos e investidos devidamente, em educação, saúde, moradia e outras áreas importantes para a população.

O que penso é que, para ser político e fazer o estado ou o País ir pra frente, antes de tudo devemos ter um caráter desprovido de desconfiança, pois quando enganamos a alguém, no fundo enganamos a nós mesmos.

**“De que adianta passar a perna no povo e depois parar numa CPI?”**

De que adianta o político passar a perna no povo para, depois, passar por uma CPI, ser descoberto e ter sua imagem completamente queimada perante todo mundo? Dinheiro nenhum compra o que você

é, a imagem que você tem, perante seus eleitores. Acredito que existam muitos bons políticos por aí, e acredito também que temos muitas chances de levar o Brasil adiante.

Existem muitas leis – municipais, estaduais e federais – que ajudam a evitar a corrupção e que até hoje não saíram da gaveta. Precisamos tirá-las de lá e praticá-las. Mas não devemos esquecer que o Brasil não vive só de política. Nossa bandeira tem um lema que foi muito bem escrito: Ordem e progresso. Por isso, podemos e temos a obrigação de progredir.

# Ação contra casas de prostituição

COMISSÃO DA ALERJ E POLICIAIS DA DRACO PROMETEM REPETIR OPERAÇÃO NA ZONA SUL E NO CENTRO DA CIDADE

THAYSSA PLUM

O presidente da Comissão de Defesa da Criança, do Adolescente e do Idoso da Alerj, deputado Iranildo Campos (PP), em parceria com a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), realizou, na noite do dia 22, a primeira etapa da Operação Anjo da Guarda, que busca localizar pontos de prostituição infantil, exploração de mulheres por donos de casas noturnas e aliciamento de menores para tráfico de entorpecentes. Nas casas de prostituição vistoriadas foram encontrados uma pistola e munição, além de agenda de telefones de agenciadores de garotas de programa, câmeras escondidas nos quartos alugados aos clientes e caixas de preservativos do Ministério da Saúde. Quatro homens foram presos e garotas de programa foram levadas à delegacia, para prestar depoimento.

“A partir de hoje, ações como esta acontecerão ao menos uma vez ao mês”, explicou o presidente da Comissão. Apesar das denúncias recebidas pela Comissão da Alerj e pela Draco, não foram encontradas menores se prostituindo nos locais inspecionados.



*Iranildo Campos e o delegado Milton Olivier, da Draco, inspecionam pistola apreendida*

“Não encontramos crianças nem adolescentes nesses locais, mas sabemos que elas existem. No entanto, encontramos mulheres sendo exploradas e isso não pode continuar”, defendeu o delegado titular da Draco, Milton Olivier. Segundo ele, a interdição das casas já significa perda de espaço para que adultos aliciem menores. “A orientação do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), não é repreender, mas investigar, encaminhar os casos à polícia e trabalhar junto aos órgãos de defesa da

criança e do adolescente, para que tudo isso seja coibido”, disse Campos, garantindo que ações como essa continuarão não apenas na Baixada Fluminense, mas também na Zona Sul, no Centro da cidade e em outros municípios do estado. “Isso é só o começo de uma longa operação”, comentou Cristina de Vilhena Castro, diretora do Departamento de Segurança da Alerj, que acompanhou os deputados Iranildo Campos e Walney Rocha (PMDB) durante a ação.

## CURTAS

### Fórum internacional

Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, a deputada estadual Aparecida Gama (PMDB) está organizando, junto com a Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) e a Alerj, o I Fórum Internacional de Mulheres na Política. O evento ocorrerá nos dias 6 e 7 de outubro, no Palácio Tiradentes, e contará com a presença de mulheres parlamentares de todo o País, além de representantes de países das três Américas e do Caribe. O objetivo é discutir políticas públicas para a mulher e soluções para temas como a violência doméstica.

### Jimmy Page recebe título de Cidadão do Estado

O guitarrista Jimmy Page, da banda inglesa Led Zeppelin, foi homenageado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro, no último dia 20. O deputado Paulo Melo (PMDB), autor da iniciativa, disse que “é preciso reconhecer os estrangeiros que se preocupam com a desigualdade social brasileira”. Page foi homenageado por ter criado a Casa Jimmy, em Santa Teresa, doada pelo músico para abrigar crianças de rua e acolher adolescentes carentes grávidas.



*Jimmy Page recebe a homenagem de Paulo Melo*

## ENTREVISTA ANDREIA ZITO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

*'Queremos trazer o cidadão à Casa'*

FERNANDA GALVÃO

**H**erdeira legítima do “Rei da Baixada”, a deputada Andréia Zito (PSDB), em seu segundo mandato, deixa claro que as semelhanças com o pai, o ex-prefeito de Duque de Caxias José Camilo Zito dos Santos limitam-se ao nome. A jovem parlamentar, de 31 anos, que já encarou a tarefa de presidir a Comissão de Educação, quer aproximar o cidadão da Casa, a partir de sua atuação como presidente da Comissão de Segurança Alimentar, criada no ano passado. Andréia pretende lançar o Disque-Denúncia Alimentação, para receber denúncias contra restaurantes, supermercados, bares e até escolas, que sirvam refeições sem condições de higiene e com alimentos com prazos de validade vencidos, entre outras irregularidades.

**A senhora é presidente de uma comissão nova, a de Segurança Alimentar. Como foi encarar este desafio?**

Fui convidada pelo presidente da Casa, Jorge Picciani, e sou muito grata pela confiança. Por ser uma comissão recém-criada, temos muito o que fazer. Nossa prioridade agora é criar o Disque-Denúncia Alimentação. O objetivo é aproximar a população desta Casa, para que possa fazer valer seus direitos.

**Como funcionará o Disque?**

Queremos divulgar um número de ligação gratuita para que aquele que tiver qualquer reclamação referente à qualidade da alimentação disponível no estado possa ser ouvido, como cidadão. Então, restaurantes sem a menor condição de higiene, supermercados que vendam alimentos com o prazo de validade vencido, estragados ou avariados, ou até mesmo escolas que não obedecem às normas básicas de fornecimento de alimentos poderão ser denunciados através deste serviço. Queremos, ainda,



Dafne Capella

fazer um convênio com a Comissão de Defesa do Consumidor, para que as reclamações que tenham a ver com o Direito do Consumidor possam ser encaminhadas aos órgãos competentes. Outras denúncias serão encaminhadas à Vigilância Sanitária, para averiguar a condição dos estabelecimentos. Tam-

*“Queremos acompanhar casos de falhas na distribuição de merenda”*

bém pretendemos acompanhar denúncias de falhas na distribuição de merenda, porque muitas vezes recebi, no gabinete, casos de crianças que ficam com fome nas escolas.

**A senhora também presidiu a Comissão de Educação. Como foi feito este trabalho?**

Foi muito gratificante, porque desde meu primeiro mandato elegi a educação como minha bandeira, na Assem-

bléia. Durante o período em que estive à frente da Comissão, visitamos várias escolas para saber das condições das instalações, de higiene, número de profissionais, e nos deparamos com uma realidade muito preocupante, que é a evasão escolar por conta da gravidez na adolescência. Por conta disso, criamos uma Comissão Especial para analisar este fenômeno. Esta comissão ouviu representantes das secretarias estaduais de Saúde e de Educação, da Vara da Infância e da Juventude, e entrou em contato com mães e pais jovens, que tiveram seus filhos por desinformação e até por falta de diálogo com os próprios pais.

**Qual foi o resultado desta comissão especial?**

Elaboramos um projeto, que foi proposto para várias prefeituras e adotado por Belford Roxo, que criou um centro de atendimento ao jovem. Este centro conta com atendimento psicológico e acompanhamento médico, com ginecologistas e urologistas, para evitar a gravidez precoce e permitir que estes jovens continuem na escola.